

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA: geopolítica, fronteiras e soberania do Brasil no século XXI

Em sete de setembro de 2022, o Brasil comemora 200 anos da condição de ente político soberano, dissociado de Portugal e com vida própria no contexto das nações civilizadas, muito embora já desfrutasse de posição privilegiada, principalmente a partir de 1808 com a vinda da família real em função da ameaça das tropas napoleônicas.

Com efeito, o Brasil, desde o século XVII, já era, não apenas a maior, mas também a mais rica colônia do reino português, fato que evidentemente em muito contribuiu para a sua unidade. No entanto, como bem pontua João Batista Magalhães, nossos historiadores, notadamente Varnhagen, assinalam as tendências divergentes, manifestadas em várias regiões do País, hesitantes em aceitar a separação de Portugal sobre um governo estabelecido no Rio de Janeiro. Considera, de fato, ter sido a aristocracia nativa que na segunda década do Império escolheu a retenção em forma modificada do mecanismo que foi transplantado de Portugal durante o interregno entre uma nação colonial e independente. Neste processo, as influências descentralizadoras que resultaram na descentralização da América hispânica foram suspensas e a unidade brasileira preservada. (MAGALHÃES, 2002, p. 30).

Destarte, há que se reconhecer que a formação da unidade nacional perpassou três períodos, bem definidos: a fase colonial de nossa história; o período da transplantação para o Brasil da corte portuguesa com os formidáveis efeitos resultantes do Governo de D. João VI e o período que abarca as duas primeiras décadas após a proclamação da Independência. (MAGALHÃES, 2002, p. 25).

E foi a partir dessa condição única na história das nações que o Brasil vem se projetando ao longo desses 200 anos como uma grande nação territorialmente satisfeita, com fronteiras jurídicas já consolidadas, desejando, portanto, preservá-las, sem nenhuma pretensão de expansão territorial. Com efeito, a fronteira vem merecendo estudos e conceitos que suscitaram variadas opiniões. Ratzel, por exemplo, adepto do conceito de “Estado organismo vivo”, considera a fronteira a epiderme do corpo social, que, como tal, expande, reflui, estabiliza, ou mesmo desaparece com a morte do corpo. (MATTOS, 2011, p. 15-16).

Observe, com atenção, que o fato de o Brasil ser uma grande nação territorialmente satisfeita, com fronteiras jurídicas já bem consolidadas, principalmente após a sua expansão rumo ao oeste e, agora, desejando, apenas, preservá-las, sem nenhuma pretensão de expansão territorial, não significa dizer que deve desconsiderar o novo conceito de espaço vital (*lebensraum da era pós-moderna*) que traz, no seu âmago, movimentos cíclicos que giram em torno de um único eixo de expansão, qual seja: a conquista de mercados e mentes.

Urge, portanto, comemorar os 200 anos da Independência do Brasil trazendo à reflexão acadêmica os grandes desafios e perspectivas da inserção internacional

do País, dentro de um cenário geopolítico complexo, capitaneado por esse novo conceito de *lebensraum*, que revoluciona a ideia das fronteiras tradicionais.

Destarte, em tempos de estalidade pós-moderna, aqui vislumbrada como a era pós-Guerra Fria, a conquista de mercados e mentes passa a ser a pedra angular do poder planetário das potências ocidentais, que se materializa a partir da abertura mundial do comércio e, na sua esteira, da relativização do conceito westphaliano de soberania e da desregulamentação das economias nacionais, notadamente dos países menos desenvolvidos de modernidade tardia do Sul Global.

É nesse diapasão que o General Carlos de Meira Mattos já mostrava que a forma de território, assim como seu tamanho e posição (geodésica, vizinhança, acesso marítimo, natureza topográfica), tem estreita relação com a sua exploração pelo homem, favorecendo ou dificultando a aplicação do poder político em benefício do Estado. Por exemplo, a exploração e implantação de uma sociedade desenvolvida no vale do Mississipi exigiram um esforço humano menor do que seria alcançar resultados semelhantes no vale do Amazonas; este grau de dificuldade existiria mesmo se as faculdades dinâmicas dos habitantes fossem as mesmas. (MATTOS, 2011, p. 19).

De tudo se vê, por conseguinte, a clivagem científica envolvendo os conceitos de geopolítica, soberania e fronteiras, agora já na sua dimensão pós-moderna que se projeta para a conquista de mercados e mentes. Assim, é importante destacar que a condição de ente soberano que surgiu com a separação das monarquias de Lisboa e do Rio de Janeiro enfrenta novos desafios em tempos de estatalidade pós-moderna.

E é a partir dessa condição de nação livre e soberana que o Brasil deve se projetar para os próximos 200 anos, ocupando o seu devido lugar na reconfiguração da ordem internacional. Para tanto, é urgente a concepção de uma Grande Estratégia de desenvolvimento nacional, nos moldes da National Security Strategy (NSS) dos Estados Unidos da América (EUA).

As comemorações dos 200 anos da Independência do Brasil devem exigir do estrategista pátrio a formulação de uma Estratégia de Segurança Nacional do Brasil, capaz de realizar o imperativo categórico da geopolítica brasileira, qual seja figurar entre as cinco maiores potências do planeta, mormente nesse contexto complexo, regido pela disputa de mercados e mentes ao redor do globo terrestre.

Pensar o encontro epistemológico entre a Estratégia de Segurança Nacional e os núcleos estratégicos existentes de um determinado país é a pedra de toque que pode impulsionar o seu desenvolvimento nacional e, na sua esteira, a consecução dos objetivos fundamentais previstos na Constituição de 1988, aí incluída a erradicação da pobreza e das desigualdades sociais e regionais.

Por núcleos estratégicos brasileiros entendem-se todos aqueles segmentos econômico-financeiro-tecnológicos autônomos capazes de participar eficazmente da competição internacional. Ou seja, os núcleos estratégicos são as empresas, as

universidades e o governo, cujas atuações coordenadas perfazem a tríplice hélice da inovação tecnológica. Nessa categoria de empresas, estão, entre outras, Petrobras, Embraer, Base Industrial de Defesa, AmBev, Braskem, WEG, Banco do Brasil, BNDES, Indústrias Naval e Aeronáutica, Vale do Rio Doce, Eletrobras, Empreiteiras Nacionais e Agroindústria.

Em consequência, para elaborar essa Grande Estratégia do Brasil para o Século XXI, é necessário antes examinar os diferentes modelos de Estratégia de Segurança Nacional, notadamente o dos Estados Unidos. Com isso, será possível delinear as bases teóricas de uma possível Grande Estratégia para o Brasil, engendrada a partir dos seus quatro grandes arquétipos geopolíticos fundantes, que posicionam o Brasil como uma superpotência energética, alimentar, aquífera e ambiental (verde).

Por sua vez, o Professor Visentini destaca que, na época da independência do Brasil, em 1822, o Atlântico Sul e o Litoral Ocidental Africano eram vitais para a segurança nacional, mas depois perderam relevância. Todavia, há algum tempo a análise do Entorno Estratégico do Brasil passou a considerar a configuração de um flanco oriental, constituído pelo Oceano Atlântico Sul, bem como pelo litoral ocidental africano. É por isso que o presente texto pretende examinar a extroversão da economia brasileira, a identificação de recursos naturais *off-shore* e a crescente presença de atores extrarregionais nas áreas do Atlântico Sul e do Litoral Ocidental Africano. Colima-se investigar a presença chinesa, norte-americana e britânica no âmbito da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

Com efeito, para Visentini, o crescente desenvolvimento da Ásia e dos BRICS e o acelerado aumento da população (da África à Ásia Meridional), bem como do consumo mundial de bens e alimentos, têm impacto imediato no reordenamento dos fluxos internacionais e na corrida por recursos naturais. Em relação a esse último ponto, os oceanos representam um espaço de crescente importância, com petróleo/gás, minérios e pesca, além de relevância militar, num quadro de redefinição geopolítica.

Enfim, é esse o espectro temático que se pretende analisar.

Guilherme Sandoval Góes
Editor convidado

REFERÊNCIAS

MAGALHÃES, João Batista. *A compreensão da unidade do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica*, v. III. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.